



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1407

A nova direita brasileira: uma análise sobre os movimentos das manifestações de 2015

João Vicente Nascimento Lins
Unesp – Campus Marília

Resumo. As manifestações de massa com bandeiras de direita, que ocorreram no Brasil em março e abril de 2015, abrem espaço para indagar, se o país vive a emergência de um movimento fascista. Este trabalho analisará os principais novos movimentos da nova direita brasileira – Movimento Brasil Livre; Movimento Vem Pra Rua; Revoltados Online – tentando compreender se eles de fato são movimentos de cunho fascista, ou seja, compreender se houve mudanças estruturais no país que levaram a uma extrema polarização no país, redundando no aparecimento de movimentos com pautas da extrema direita.

Para tanto analisa-se documentos elaborados pelos próprios movimentos e entrevistas na imprensa com seus principais líderes. A hipótese presente neste trabalho, é de que tais movimentos, indicam uma alteração conjuntural no país, com o desenvolvimento de uma direita militante, ou mesmo com a disseminação de ideais conservadores entre a classe trabalhadora. Esses elementos, no entanto, não indicam o desenvolvimento de um momento semelhante à outros períodos históricos, que possibilitaram o surgimento de movimentos de cunho fascista – tanto em sua vertente clássica, como moderna – em países de desenvolvimento tardio do capitalismo, como Alemanha e Itália. Uma segunda hipótese é que a defesa desses movimentos de direita, enquanto fascistas, serve à propósitos políticos específicos em um momento delicado da política brasileira.

Palavras-chave: Fascismo; Governos Lula e Dilma; Nova Direita; Jornadas de Junho de 2013.

Introdução

No dia a dia, dado a enormidade de fenômenos que ocorrem, é preciso muito cuidado, para saber diferenciar entre aqueles que indicam transformações de cunho meramente conjuntural, ou seja, aqueles acontecimentos de impacto imediato, que podem ou não indicar mudanças de amplo espectro, que são as de cunho estrutural.

Dito tudo isso, o trabalho do cientista social é justamente identificar e analisar esses fenômenos de dois tipos, compreendendo a totalidade das transformações, entendendo que embora diferentes, uma pode influenciar os acontecimentos da outra.

Recentemente, o Brasil viveu transformações econômicas, sociais e políticas muito grandes, algumas como a expansão de seu mercado consumidor interno, aumentando para quase 50 milhões de pessoas, a faixa de consumo de mercadorias e serviços de preços médios, aquilo que alguns estudiosos caracterizam por “classe média” ou “classe c”. Essa expansão de mercado consumidor, no entanto, representou apenas uma elevação da renda, não significando em termos concretos uma mudança de classe social desses setores da classe trabalhadora, em resumo, a melhora no acesso aos bens de consumo, mascarou que a desigualdade social historicamente presente na sociedade brasileira continuou a evoluir.

Em outro acontecimento recente, o Brasil viveu uma ebulição social e política no mês de junho de 2013, onde manifestações contra o aumento da passagem de ônibus, que foram duramente reprimidas pela polícia, se tornaram grandes manifestações sociais, que em determinado momento expandiram em muito os setores e bandeiras que houveram em seu início.

A rapidez com que as manifestações cresceram, demonstrando uma ampla gama de insatisfações da população brasileira em seus mais diversos setores, deixou todo o espectro político brasileiro (da extrema esquerda até a direita) atordoados, uns viram naquele movimento a aurora de uma possível retomada das grandes manifestações políticas no país – já que as de junho de 2013, foram as maiores em termos de público, desde as manifestações pela volta das eleições presidenciais diretas em 1984.

A vitória na pauta, com a redução das tarifas de ônibus nas principais capitais do país e a violência de alguns setores, fizeram com que parte dos movimentos arrefecesse em tamanho, em outubro de 2013, em manifestações da greve dos professores do Rio de Janeiro, e atos contrários à realização da Copa do Mundo de 2014 contou apenas com coletivos e organizações de esquerda, como era de praxe antes de junho de 2013.

Mas sobretudo no ano de 2014, uma fração do movimento de junho de 2013, à direita começou a convocar novos atos, congregados em torno de pautas como o fim da corrupção e o fim do governo do Partido dos Trabalhadores na presidência da república. A marca dessas manifestações de direita seria uma proximidade com pautas clássicas da direita e um profundo ódio que aproxima-se de um discurso de eliminação física dos militantes petistas.

Nas manifestações de junho de 2013, houve um rechaço à partidos de esquerda, principalmente ao PT, com episódios de embate físico entre militantes, nessas ocasiões a violência partiu de grupos declaradamente fascistas como skinheads e carecas. O ódio ao PT e a esquerda se manteve como bandeira nas manifestações, que diante da piora da situação econômica do país e da situação política, viu o número de manifestantes estourar em grandes marchas realizadas nos primeiros meses de 2015.

Tais atos, cercados por bandeiras de intolerância, levaram a que uma parte da esquerda, e militantes do PT, afirmassem a emergência de um possível movimento fascista por parte da direita brasileira. Novamente a diferença entre as mudanças conjunturais e estruturais deve ser levantada, já que o calor dos fatos pouco ajuda a compreender se de fato desenvolveu-se entre essa nova direita brasileira, um movimento de cunho fascista.

Este trabalho tentará analisar brevemente os principais novos movimentos da direita brasileira – Movimento Brasil Livre; Movimento Vem Pra Rua; Revoltados Online – tentando compreender se eles de fato são movimentos de cunho fascista, ou seja, compreender se houve mudanças estruturais no país que levaram a uma extrema polarização no país, redundando no aparecimento de movimentos com pautas da extrema direita. Ou se as mudanças política e econômicas no país, são de cunho conjunturais, demonstrando ainda tendências, que podem concretizar-se ou não.

A nova direita brasileira

O fascismo em sua manifestação clássica e moderna é indissociável do pensamento político conservador. Mas o fascismo não é simplesmente uma faceta radicalizada do conservadorismo. Para dar prosseguimento a análise dos novos movimentos de direita do país, recupera-se a síntese de Leandro Konder, sobre o fascismo clássico:

“E respondemos: o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara ‘modernizadora’, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro.” (KONDER, 2009, p. 53).

Os novos movimentos da direita brasileira, surgiram após as grandes manifestações de junho de 2013, como uma tentativa de canalizar, muitos dos que foram para a rua naquela oportunidade, em torno de uma nova agenda da direita, que extrapola-se até mesmo a agenda dos partidos políticos historicamente representantes desse segmento.

As principais bandeiras dessas organizações gravitam em torno de alguns eixos históricos do liberalismo; propostas como menos participação do Estado na economia; defesa da livre iniciativa do mercado; defesa da liberdade de expressão. Mas aquilo que congrega os três principais movimentos é uma oposição ferrenha ao governo Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores.

Nas duas grandes manifestações no primeiro semestre do ano de 2015 – a primeira no dia 15 de março, e a segunda no dia 12 de abril – foi o momento no qual esses movimentos despontaram, com um protagonismo maior do que o principal partido que defende pautas de direita no Brasil atualmente, o Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB.

Foi inclusive, uma característica dessas agitações, tal qual em junho de 2013, a baixa participação de grandes figuras políticas, como o líder da oposição ao governo Dilma, o senador do PSDB por Minas Gerais, Aécio Neves. Havia um receio de rechaço, ou mesmo de parecer uma tentativa de aparelhamento. Por conta desse vácuo, os movimentos da nova direita ganharam um grande protagonismo, recebendo cobertura da grande mídia para suas plataformas, e suas principais lideranças ganhando um “status” de figuras proeminentes da República.

A massificação dos atos – principalmente o do dia 15 de março – deveu-se muito mais a uma conjunção de fatores, do que a capacidade de mobilização dessas novas organizações até então. Pode-se destacar o agravamento dos indicadores econômicos, principalmente o índice de inflação (8,47% pelo IPCA, até maio) e a taxa de desemprego (7,9% até maio). A erosão da credibilidade da Presidente Dilma Rousseff e do seu partido, o PT, tragados pelas denúncias de corrupção ligadas à Petrobras no âmbito da investigação da Polícia Federal, batizada de “Lava Jato”. Inclusive, a confiança na Presidente da República é atingida também pela mudança na política econômica feita do primeiro para o segundo mandato, com a investidura de um representante direto do capital financeiro para o cargo de Ministro da Fazenda – Joaquim Levy – e a adoção de uma ortodoxia maior, com cortes orçamentários na casa dos 69 bilhões de reais, e o aumento da taxa básica de juros.

Some-se a tudo isso uma grande cobertura dos principais jornais impressos do país – Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo – que no mês anterior à manifestação de 15 de março, e no posterior que antecedeu à de 12 de abril, veicularam diariamente, matérias, entrevistas, praticamente convocando todos aqueles que tivessem algo contrário ao governo, a participar dos atos.

O que de fato se viu foi uma profusão de pautas contrárias ao Governo Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores, principalmente faixas com os dizeres “Fora PT”; “Impeachment já”; “Fora Foro de São Paulo”; demonstrando a prevalência de um discurso muito arraigado em um senso comum, havia cartazes que defendiam “Fora Dilma, Fora STF, por um governo da Polícia

Federal e do Ministério Público. Houve ainda uma parcela considerável de pessoas defendendo um golpe militar.

É importante ressaltar, que devido ao volume de pessoas que foram às ruas, não havia só frações da burguesia, ou das camadas médias, mas também de frações da classe trabalhadora, não só dos que votaram no PSDB na última eleição presidencial, mas também eleitores do PT.

Como ressaltado anteriormente, o que une tanto os participantes dos atos, como as organizações da nova direita é a pauta contrária ao governo Dilma e ao PT. Mas também é possível apreender ao ler os manifestos dos movimentos que há difusão entre eles de pautas ligadas ao senso comum, disseminadas até um tempo atrás por alguns articulistas de direita como Reinaldo Azevedo e principalmente Olavo de Carvalho.

Apesar desse norte em comum, há diferenças entre essas três organizações, que utilizam da internet como uma arma de disseminação e agitação. O “Movimento Vem Pra Rua”, demorou a aceitar como pauta o impeachment de Dilma, motivo pelo qual, o grupo era criticado por seus pares. Por sua vez, o “Revoltados Online”, aparece muito mais como uma página simplesmente de agitação política através de atos. Por último, o “Movimento Brasil Livre” tem um perfil de defender uma pauta mais identificada com a ideologia liberal.

De perfil mais legalista e com um discurso mais brando, o “Movimento Vem Pra Rua”, demorou a defender abertamente o impeachment, ao contrário dos outros grupos, que defendiam posturas mais radicalizadas, seu líder Rogério Chequer, pregava que se houvesse uma investigação, com provas concretas, para aí sim haver o pedido de impeachment entregue à Câmara dos deputados. O perfil menos radicalizado, fica claro também no manifesto da página do grupo, onde é possível ler:

“O Movimento Vem Pra Rua, ao lado de outros movimentos, fez história, ao colocar nas ruas de cerca de 240 cidades de todo o país, no dia 15 de março de 2015, mais de 2 milhões de pessoas, das mais variadas etnias e orientações, idades e todos os cantos do Brasil, numa grande manifestação cívica, ordeira e pacífica, em protesto contra o governo, contra os políticos corruptos, contra a falta de ética e as mentiras que são contadas diariamente à população brasileira. A reação do Governo Federal, naquela data e nos dias subseqüentes, indicou claramente que a mensagem das ruas não foi ouvida no Palácio do Planalto e nem no Legislativo. Pior: no primeiro caso, houve uma tentativa clara de distorção desta mensagem. Democrático, espontâneo e suprapartidário, o Vem Pra Rua convida os brasileiros que estão cada vez mais indignados a se unirem novamente no dia 12 de abril, domingo, em todo o território nacional, para demonstrar, com alegria cívica, esta indignação. A chamada para esta saída reflete a angústia e a frustração com as posturas do Governo e do Legislativo, e ainda formula um ponto fundamental que une a todos nós: “Eles Não Entenderam Nada – O Nosso Partido É o Brasil”

Para mudar o Brasil, a lista de assuntos é bastante longa. Daí a necessidade de se ter de optar por alguns pontos a atacar. No caso específico do dia 12 de abril de 2015, os temas a serem abordados serão:

1 – Cassação, Renúncia ou Impeachment – Fora Dilma, mas Sempre Dentro da Lei!

2 – Fim do Foro de São Paulo – Sem Governo com Agenda Paralela!

3 – Absoluta Transparência nas Operações do BNDES – Quais Empresas e Países Receberam Dinheiro do Brasil?

4 – Proteção da Operação Lava-Jato – Apuração sem dó do Petrolão Este é apenas o começo.

Quando o governo e os políticos agem apenas em interesse próprio, impedem o desenvolvimento do Brasil próspero que todos nós merecemos. Esta é uma distorção que cabe a nós, cidadãos brasileiros, corrigir. E nós não vamos ficar parados!

Somos a favor da democracia, da ética na política e de um estado eficiente e desinchado. Somos contra qualquer tipo de violência, condenamos qualquer tipo de extremismo (separatismo, intervenção militar, golpe de Estado) e não compactuamos com governos autoritários.

E, assim, vamos clamar juntos por um Brasil ético, justo, próspero e com valores sólidos. E, acima de tudo, por um Brasil unido!

O NOSSO PARTIDO É O BRASIL.
VEM PRA RUA DIA 12 DE ABRIL!”¹

Como pontuado, há uma preocupação do movimento em se descolar dos setores mais radicalizados, tanto nos elementos contrários ao PT – não há uma defesa da cassação, pelo menos nesse momento do registro do partido – quanto daqueles que defendem uma intervenção militar para acabar com os casos de corrupção do governo. Não é possível, portanto, visualizar nesse movimento, elementos claros de fascismo.

Mais declaradamente ligado à ideologia liberal, o “Movimento Brasil Livre” possui como figura proeminente o jovem estudante Kim Kataguirí, que se notabiliza pela coragem em defender suas pautas, apesar da pouca idade, e também pela agitação – vale lembrar que ele liderou uma marcha que partiu de São Paulo até Brasília, para defender o impedimento da Presidente Dilma. O manifesto no site, traz as seguintes diretrizes:

“Somos adultos, adolescentes e idosos; somos brancos, negros, pardos, amarelos e até meio rosados; somos empresários, empregados, autônomos, estudantes e funcionários públicos; somos ricos, pobres, classe-média; somos homens e mulheres. Somos BRASILEIROS.

E nos importamos com os rumos do nosso país. Acreditamos que um governo deve servir para unir o seu povo, e não criar divisões artificiais. Deve tratar as pessoas como cidadãos, e não como súditos ou peças descartáveis de um jogo de tabuleiros a serem manipuladas.

¹<http://vempraru.org/o-manifesto/>

Lutamos e torcemos a favor do Brasil independente de qual seja o governo. Não importa a cor ou sigla do timoneiro, estamos todos no mesmo barco. Mas EXIGIMOS MUDANÇAS. Chega de corrupção, chega de impunidade. Chega de desrespeito às instituições democráticas e ao império da lei.

O QUE QUEREMOS? IMPRENSA LIVRE E INDEPENDENTE, sem verbas ou regulamentações governamentais que influenciem seus posicionamentos;

LIBERDADE ECONÔMICA, um mercado livre de regulações abusivas e impostos escorchantes;

SEPARAÇÃO DE PODERES, instituições independentes, livres da ingerência sufocante de partidos totalitários;

ELEIÇÕES LIVRES E IDÔNEAS, um processo eleitoral transparente e livre coerções partidárias;

FIM DOS SUBSÍDIOS DIREITOS E INDIRETOS A DITADURAS, tributos cobrados do povo brasileiro devem ser investidos no Brasil.”²

Ao contrário do perfil brando do “Vem Pra Rua”, é possível observar nas ações e agitações do “Brasil Livre” um perfil mais intransigente, cujo o ápice é justamente a tentativa de Kataguirí em ser mais pragmático e realizar ações diretas. Recuperando as características do fascismo clássico, é possível observar nesse movimento a unidade entre teoria e prática através de um pragmatismo radical.

Já, o “Revoltados Online”³ é pontuado pelo perfil mais radicalizado entre os três. Seu líder, Marcelo Reis, se notabiliza por provocar militantes do PT em manifestações. Ao contrário dos outros, não possui um manifesto “fundacional”. A própria falta de teorização sobre si mesmo é uma marca, que o aproxima muito de forma aparente às características de agitação do movimento fascista clássico. O perfil de Marcelo Reis é até mais pragmático, pontuado pela intolerância ao PT. A linha que o movimento segue é mais ligada ao conservadorismo clássico, com a defesa dos valores familiares, redução da maioria penal.

Explicitando o caráter dos três principais movimentos dessa nova direita e conseqüentemente das manifestações encabeçadas por eles, é possível numa análise corrida dos fatos, capturar elementos semelhantes ao processo de ascensão do fascismo na Itália e na Alemanha nos anos de 1920 e 1930. A crise econômica, a possível perda de identidade e papel econômico das camadas médias, e a crise política e de legitimidade que o governo enfrenta talvez sejam os aspectos mais visíveis e passíveis de comparação.

Ainda não é claro também o apoio econômico que essas organizações possuem. Seus sites pedem doações por exemplo. Basta lembrar que o apoio das frações industriais e financeiras do capital, foi fundamental para o movimento fascista italiano e alemão constituir sua máquina de propaganda e galgar espaços políticos. Essa adesão possibilitou a chegada ao poder, pois o

²<http://www.movimentobrasillivre.org/#!manifesto/c1k0w>

³<http://revoltadosonline.blogspot.com.br/#>

movimento fascista naquele momento representava uma maneira de conter o movimento comunista entre os trabalhadores, e uma maneira de recuperar a reprodução interna do capital.

No entanto, todo cuidado é pouco. Como explicitado, a emergência dessa nova direita, com mais força política e de mobilização é um fenômeno recente, que remete a junho de 2013. As principais organizações nascem depois disso, e vivem ainda um processo de crescimento e consolidação programática. Não é possível apreender ainda, se as grandes manifestações de março e abril se repetirão, se o movimento conseguirá expandir sua base social, se tornando a expressão política mais bem acabada dos elementos que o compõe. Ou seja, os fenômenos do começo do ano, trouxeram um certo temor ao Partido dos Trabalhadores, e também ao conjunto da esquerda, mas não se tratam ainda de tendências estruturais.

É preciso então analisar algumas tendências políticas e econômicas dos governos Lula e Dilma, para compreender se os elementos expressos nas manifestações nas organizações da direita expressariam esses elementos estruturais, ou conjunturais.

As transformações econômicas, políticas e sociais durante os governos do PT

Apesar do sentimento contrário ao Partido dos Trabalhadores ser muito forte, ele é exagerado no que diz respeito à uma suposta retórica de esquerda que o partido representa. Luiz Inácio Lula da Silva, se elegeu em 2002, com uma plataforma que prometia mudanças à política econômica neoliberal promovida por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Tanto o PT, quanto Lula possuíam uma trajetória política ligada à esquerda e aos trabalhadores.

Antes mesmo de assumir a presidência, o então candidato do PT à presidência, lançou em 2002 a chamada “Carta aos Brasileiros”. Essa carta foi um compromisso assumido pelo futuro governo do Partido dos Trabalhadores em manter aspectos da política econômica de seu antecessor; honrar os compromissos assumidos com o FMI, mantendo o chamado tripé macroeconômico: composto pelo regime de câmbio flutuante; superávit primário, para pagamento dos juros da dívida; e o regime de metas de inflação; o compromisso do governo em manter uma inflação controlada, de acordo com os instrumentos disponíveis ao Banco Central, através da taxa de juros. Em suma, tal documento, representou um compromisso de continuidade da política econômica do governo FHC. Luiz Filgueiras, resgata em um recente artigo publicado na Revista Margem Esquerda uma breve conceituação sobre a política econômica brasileira nos últimos 25 anos, de acordo com ele:

“1. Governo Collor: fase de transição turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal – abertura comercial e financeira e início das privatizações. (...). 2. Primeiro governo FHC: fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal, com a implementação do Plano Real e o aprofundamento das reformas neoliberais e do processo de privatização na qual se amplia e consolida a hegemonia estrita do capital financeiro no interior do bloco no poder. O elemento central do regime de política macroeconômica é a chamada ‘âncora cambial’, com a valorização da moeda e o agravamento de déficits da conta de transações correntes do balanço de pagamentos do país. (...) 3. Segundo governo FHC e primeiro governo Lula: marcado pelo fim da âncora cambial e adoção de uma nova política econômica, o chamado tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante), com o fortalecimento do capital produtor-exportador de *commodities* (agronegócio e indústria extrativa mineral), que ampliou seu espaço no bloco no poder, por reduzir a instabilidade macroeconômica. (...) 4. Segundo governo Lula até hoje: ampliação da presença da burguesia interna no interior do bloco no poder, em articulação com o Estado, que volta a ter um papel mais ativo e direto no processo econômico e na arbitragem dos interesses das distintas frações do capital. Em especial, o Estado, via o BNDES, financia o processo de centralização de capitais, fortalecendo os grandes grupos econômicos nacionais e promovendo sua internacionalização. (...). (FILGUEIRAS, 2014, p.36-37).

Contudo, a diferenciação entre o primeiro e o segundo mandato de Lula deve ser destacada, já que com o início da crise econômica de 2008, o governo adotou uma política definida como “anti-cíclica”, com destaque para o papel de centralização de capitais desempenhado pelo BNDES. Apesar do predomínio de políticas que beneficiam a fração financeira da burguesia, o que diferenciou a política econômica do governo Lula de seus antecessores, foi um incentivo, ainda que tímido no setor produtivo.

O primeiro governo Dilma, manteve a política macroeconômica anticíclica, iniciada por Lula, e tentou em alguma medida romper com uma parte do tripé macroeconômico, reduzindo a taxa Selic em 2012 até o patamar histórico de 7% ao ano, e uma série de desonerações fiscais para diversos setores produtivos, principalmente ligados à exportação e consumo interno.

Uma das marcas do governo Lula foi justamente a expansão do mercado consumidor interno, o retorno do crescimento do PIB e controle da inflação. Tais melhorias deveu-se muito mais ao ciclo de expansão da economia internacional do que a uma melhora dos indicadores internos do país. No período entre 2003-2008, o país aproveitou o boom do preço das *commodities*, principalmente do minério de ferro, soja e petróleo, incrementando suas exportações.

Houve sim um aumento da renda do país, mas ela continuou a ser distribuída de forma extremamente desigual, pois o carro chefe dos governos do PT, o programa “Bolsa Família” é uma política social focalizada, voltada apenas para incrementar a renda de uma parcela da população que era historicamente excluída. O problema é que as políticas sociais focalizadas, aparecem como medidas apoiadas pelo Banco Mundial para debelar o

aumento da desigualdade que o neoliberalismo trouxe para os países em desenvolvimento. Troca-se os direitos sociais e as políticas sociais de cunho universal (que no Brasil atingia historicamente alguns setores da classe trabalhadora das cidades), pelas focalizadas. Os direitos sociais perdidos, são absorvidos pelo mercado, obrigando os antigos beneficiários à compra-los.

Dentre as políticas anticíclicas, a que obteve o maior sucesso em transferir renda foi o aumento do salário mínimo, que combinado ao controle da inflação, fez com que aumentasse a parcela da população com acesso intermediário aos bens de consumo e serviços. As propagandas oficiais, passaram a exaltar números de quase 50 milhões de pessoas que atingiram a chamada “Classe C”.

A Autocracia burguesa

O que se demonstrou até agora, é que o governo do Partido dos Trabalhadores, longe de representar um projeto nacional popular de esquerda, adequou-se ao bloco de poder dominante hegemônico pela fração financeira do capital. Isso se expressou nos compromissos assumidos de manutenção do tripé macroeconômico. Desse modo, muito da retórica contrária ao PT é apenas um discurso vazio, já que o partido deixou de representar os interesses dos trabalhadores, não defendendo mais a transformação socialista.

Esse discurso coaduna com setores da burguesia que não se veem mais representados no bloco atual de poder. Desse modo, revive-se o velho estigma do perigo comunista. O anticomunismo foi disseminado durante todo o século XX pela burguesia brasileira, principalmente pela imprensa – não por sinal, um dos polos que tenta identificar o PT com o comunismo.

Em alguns momentos, principalmente durante a ditadura civil-militar (1964-1985), o anticomunismo era carregado de um discurso próximo do fascismo. Defendia-se a eliminação ideológica do comunismo, e física dos comunistas, como se eles fossem uma doença que ameaçava as famílias brasileiras.

Essa foi mais uma das armas que a burguesia brasileira utilizou para consolidar sua hegemonia sobre o Estado e a consolidação do capitalismo em sua fase monopolista. Devido à sua debilidade histórica, a burguesia brasileira ao mesmo tempo que tornou-se a classe hegemônica do país, realizou o processo de desenvolvimento da economia capitalista brasileira. Mas ao contrário das formas clássicas, no Brasil esse processo se deu de forma associada ao capital internacional, não perdendo esse caráter dependente desde então.

O processo não foi pacífico, houve resistência tanto por parte dos trabalhadores como por parte de setores progressistas das camadas médias e da pequena burguesia. Nesses momentos de maior tensão da luta de classes, a burguesia brasileira, em conjunto com setores próximos à ela das Forças Armadas, optou por patrocinar golpes de Estado, visando a consolidação de

seu poder, em detrimento de toda sociedade, foi assim com o golpe civil-militar de 1964.

Mas o autoritarismo não se restringiu apenas aos momentos de maior tensão, nos raros episódios democráticos do país, a ordem era reprimir as manifestações, ou qualquer tentativa de organização da classe trabalhadora. O maior exemplo disso é que o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, passou a maior parte de seus 93 anos de existência na ilegalidade, com seus militantes perseguidos e torturados, mesmo em regimes considerados democráticos. Como a exceção virou regra, no Brasil, o modo de consolidação do poder burguês se deu através da autocracia.

Essa permanência da autocracia burguesa na história do Brasil, dá a sensação de que o fascismo impera no país disseminando-se pelas instituições do país. Para corroborar essa tese, basta pensar que diante do quadro de aumento das greves e piora dos indicadores econômicos do país, apela-se para a repressão policial, mesmo na conjuntura democrática atual.

A burguesia brasileira não necessita mais recorrer à regimes de exceção para manter seu poder sobre o a sociedade, mas sempre que seus interesses encontram-se em risco, ela ainda utiliza do braço armado do Estado. Florestan Fernandes, chama essa forma de consolidação do poder burguês, de autocracia burguesa, possuindo sua face mais escancarada no golpe civil-militar de abril de 1964.

Nesse sentido é possível trabalhar com algumas hipóteses. Como a apresentada por Anderson Deo. Retomando a ideia de “Colonial-Bonapartismo” elaborada por Antônio Carlos Mazzeo, e de “Bonapartismo-soft” do italiano Domenico Losurdo, Anderson irá apontar que a autocracia burguesa assume uma variante legal institucional no período democrático. Segundo ele:

“Toda forma de dominação burguesa se realiza através de um Estado poderoso, que garanta a reprodução sociometabólica do capital. No Brasil da social democracia, o Parlamento imprime um conteúdo de legalidade ao bonapartismo, tal como esta forma de domínio se manifesta internamente. Assim, a autocracia burguesa, em sua forma institucional-legalizada, arrima-se não só do domínio exercido pelo Executivo, mas, também no domínio exercido pelo Parlamento. Através da esfera parlamentar, as mais diversas frações da burguesia se fazem representar a partir de seus interesses específicos. As lutas intestinas que dão formato ao bloco histórico dependem diretamente das disputas intraclasses burguesas que se desdobram no interior do Poder legislativo. A formação de ‘oligarquias políticas’ no interior do parlamento garante a hegemonia à determinada fração da burguesia durante as disputas pela configuração de seu projeto político-

econômico. Conjugando os interesses dessas oligarquias às decisões do Poder Executivo, a fração hegemônica no interior do bloco histórico consegue aprovar as medidas necessárias à realização de seu projeto.” (DEO, 2014, p. 327-328)

Conclusão

Como dito no início do texto, é preciso separar bem os aspectos conjunturais dos estruturais, bem como conceituar historicamente a época que vivemos. O fascismo após ser derrotado na Segunda Guerra Mundial, sofreu alterações e sobreviveu, ganhando uma nova forma, o chauvinismo clássico por sua vez, diminuiu, ou ficou restrito a alguns grupos.

Tal qual a burguesia brasileira, adaptou e institucionalizou a autocracia em um contexto democrático, a direita apoderou-se de alguns aspectos do fascismo, principalmente uma aproximação maior de seus líderes da classe trabalhadora, diminuindo sua aversão.

Mas o germe do fascismo sobreviveu, esperando os momentos de crise. Observa-se na Europa atualmente, presa em uma grande recessão desde a crise econômica de 2008, o chauvinismo cresce na Europa, sua faceta mais clara é a aversão aos imigrantes tanto os provenientes dos países africanos e asiáticos, como entre os países do próprio continente europeu, como é o caso da Inglaterra, onde o governo do Conservador David Cameron estuda políticas restritivas aos naturais do leste europeu. Na França, a “Frente Nacional” de Jean Marie Le Pen cresce seu número de eleitores à cada eleição, ao mesmo tempo que aumenta o preconceito contra os imigrantes oriundos das antigas colônias francesas na África.

O Brasil como apontado ao longo do texto, não está imune a isso. Junto do agravamento da crise financeira no país, cresceu a disseminação de ideias cada vez mais irracionais ou intolerantes. O crescimento das igrejas neopentecostais foi acompanhado de um aumento da intolerância perante os praticantes de religiões de matrizes africanas. Mesmo sem um histórico de xenofobia forte, houve no país recentemente ataques aos imigrantes da América Latina, com destaque para os bolivianos e haitianos.

Some-se a isso uma série de outros fatores, como a crise econômica, as manifestações de massa com cunho de direita, a disseminação de valores reacionários como a defesa da redução da maioria penal. Cria-se a impressão de haver no país um processo de fascitização da sociedade.

Mas, separando-se os elementos conjunturais dos estruturais, é possível ver que a emergência dos novos movimentos de direita, e das ideias reacionárias, ocorreu junto da erosão política do principal partido de esquerda do país. O PT transitou politicamente para a direita e junto dele, seguiu-se um vácuo de ideias, que foi preenchido lentamente pelas igrejas neopentecostais com seu discurso reacionário, e pela disseminação de um discurso contrário ao PT que revive o anticomunismo dos anos de 1950, agora ligado ao partido dos trabalhadores.

O saldo, é que estruturalmente, poucas coisas mudaram no país, o bloco de poder dominante da burguesia nacional continua a ser capitaneado pelo capital financeiro. O processo de liberalização da economia não se interrompeu com o PT no poder. A concentração de renda, não diminuiu, e os direitos sociais foram trocados pelas políticas focalizadas como o “Bolsa Família”. Não se alterou a estrutura autocrática do poder burguês no país, ao contrário, ele se fortaleceu, através de seu processo de institucionalização via democracia representativa. A conjuntura, mesmo em crise, é que as soluções extremas, não são necessárias, a classe trabalhadora, totalmente alienada de seu papel histórico, se apassiva cada vez mais em discursos irracionistas, mas não necessariamente fascistas ao modo clássico.

Bibliografia

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

DEO, Anderson. **Uma transição à “long terme”**: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. *In*. Ditadura, o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz. GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. 263 p.

FILGUEIRAS, Luiz. **A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo brasileiro**. Margem esquerda: ensaios marxistas, nº 23. Boitempo: São Paulo, 2014. 32p-38p.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 184 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. < <http://www.movimentobrasillivre.org/#!/manifesto/c1k0w>> Acessado em 30 de junho de 2015.

REVOLTADOS ONLINE < <http://revoltadosonline.blogspot.com.br/#>> Acessado em 30 de junho de 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O fascismo cotidiano**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

VEM PRA RUA. < <http://vempraru.org/o-manifesto/>> Acessado em 30 de junho de 2015.